LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB ATAQUE:

EXPERIÊNCIAS GLOBAIS E LIÇÕES DO BRASIL

EDITORES:
Thomas J Trebat
Teresa Borges
Isabella Pereira
Laura Nora

DIAGRAMAÇÃO
Letícia Katz

COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO Samambaia: filantropias

ÍNDICE

06 INTRODUÇÃO: A RELEVÂNCIA DO TEMA NOS TEMPOS ATUAIS

10 AGNES CALLAMARD: NOVOS E VELHOS DESAFIOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MUNDO

16 DENISE DORA: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O PAPEL DO ARTIGO 19

21 PATRICIA DE CAMPOS MELLO: SOBRE SER JORNALISTA E MULHER NO BRASIL

25 DEBATE

32 CONCLUSÕES E AGRADECIMENTOS

33 BIOGRAFIAS

SOBRE O COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO

O Columbia Global Centers | Rio de Janeiro é o escritório de representação e um centro de programas e iniciativas da Universidade de Columbia que trata de temas globais de relevância em todo o Brasil.

O Centro contribui para o ambiente acadêmico e de pesquisa do país, além de permitir que os membros da comunidade de Columbia conheçam e explorem oportunidades de intercâmbio com a comunidade acadêmica e de negócios locais.

O Columbia Global Centers | Rio de Janeiro tem uma ampla rede de contatos e trabalha em colaboração com universidades, organizações não governamentais e instituições públicas para desenhar e implementar programas inovadores que visam melhorar a compreensão dos desafios globais através de uma perspectiva transdisciplinar, transcultural e aplicada.

O Centro promove eventos, seminários e cursos envolvendo seu corpo docente e parceiros visando uma rica troca de conhecimento, pessoas e ideias no campus da Universidade de Columbia bem como nas principais cidades do Brasil.

SOBRE O SAMAMBAIA FILANTROPIAS

Samambaia Filantropias é uma organização para investimentos sociais privados dirigida por Guilherme Cezar Coelho e que opera como doadora a projetos sobre liberdade de expressão, conscientização no Brasil sobre a crise climática, e tributação progressiva. A Samambaia Filantropias tem desenvolvido parcerias com atores nacionais e internacionais, como o Columbia University Global Center Rio de Janeiro, além de ser também mantenedora da República.org, organização cuja missão é promover excelência no setor público brasileiro.

Com o objetivo de fortalecer a sociedade civil brasileira, a Samambaia Filantropias também lidera a tradução e edição brasileira da revista Stanford Social Innovation Review, ficando responsável por parte do financiamento e pela busca de parcerias nacionais e internacionais.

Samambaia Filantropias também financia o projeto Liberdade, Liberdade, com o apoio do Artigo 19 e 342Artes com o objetivo de fortalecer e difundir o debate sobre liberdade de expressão e fazer incidência política na área através da construção de uma plataforma colaborativa para recebimento de denúncias de situações de censuras e perseguições que possam estar ocorrendo em todo o território nacional, construção de um Observatório Nacional contra a Censura a partir da junção de iniciativas já existentes, acompanhamento formal dos causas de censura, litígio nacional e internacional e comunicação e campanhas estratégicas.

PARTICIPANTES

Ana Toni
Founder of GIP and Executive Director,
Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Agnes Callamard
Director, Columbia Global
Freedom of Expression

Denise Dora
Executive Director,
South America at ARTICLE 19

Patricia Campos Mello
Award-winning reporter and
columnist at Folha de S. Paulo

Ricardo Gandour
Brazilian Journalist and
Columbia Journalism School
Visiting Scholar

Thomas Trebat
Director, Columbia Global Centers
Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO: A RELEVÂNCIA DO TEMA NOS TEMPOS ATUAIS

Esta publicação é resultado do webinar **Freedom of Expression Under Attack? Global Experience & Lessons from Brazil**, realizado pelo Columbia Global Centers | Rio de Janeiro em parceria com o Samambaia Filantropias.

O evento, que ocorreu no dia 21 de outubro de 2020, contou com a participação de Thomas Trebat, Diretor do Columbia Global Centers Rio, como anfitrião; Ana Toni, Diretora executiva no Instituto Clima e Sociedade, fundadora do GIP e representante da Samambaia Filantropias, como co-anfitriã. Como moderador, Ricardo Gandour, jornalista e Professor Visitante de Columbia. As palestrantes convidadas para o evento foram: Agnes Callamard, Diretora do Projeto de Liberdade de Expressão de Columbia; Denise Dora, Diretora Executiva de América Latina na Artigo 19; e Patrícia Campos Mello, jornalista premiada e colunista na Folha de S. Paulo.

Embora o Brasil tenha uma história tumultuada, uma imprensa livre sempre conseguiu sobreviver e atuar como um freio às autoridades governamentais e promotora de uma cidadania informada. Jornais importantes lideraram os movimentos anti-censura durante os anos da ditadura militar brasileira, por exemplo, e tiveram sucesso por algum tempo nesta missão.

Mesmo que o jornalismo tradicional - na forma de jornais impressos - sempre tenha precisado de proteção, esta área deve ser vista num contexto mais amplo da liberdade de expressão, abrangendo as novas mídias sociais, o acesso à internet e, certamente também, a expressão artística. Com o novo movimento de ultra direita aliado a governos autoritários, e fazendo incursões surpreendentes em todo o mundo, as notícias falsas se tornaram meios extremamente poderosos de manipular a comunicação de massa, levando a um partidarismo amargo em quase todos os lugares que se olhe.

1. INTRODUÇÃO: A RELEVÂNCIA DO TEMA NOS TEMPOS ATUAIS

De acordo com Ana Toni, o Brasil está passando por um momento único, e existem diversos tons entre democracia plena e autoritarismo, e uma vez que existam diversos aspectos entre esses dois polos é fundamental que a sociedade civil esteja absolutamente vigilante em todos os espaços conquistados. A representante da Samambaia Filantropias relembra que no Brasil vem ocorrendo movimentos muito preocupantes em diversas áreas, não só em liberdade de expressão, mas também na área de transparência e de participação, por exemplo.

Ana afirma que, recentemente, trabalhando no tema de Mudanças Climáticas, foram coletados relatos de que a Associação Brasileira de Inteligência (ABIN) havia enviado pessoas para a Conferência das Partes (COP) de Madri - também conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - onde diversos parlamentares da sociedade civil estavam, o que demonstram sinais preocupantes. Dessa maneira, o olhar especificamente na área de liberdade de expressão é muito importante na percepção de qual seria esse limite de liberdade de se expressar. Além disso, algo ainda muito recorrente é o fato de pessoas utilizarem o termo de "liberdade de expressão" enquanto defendem exatamente o oposto do que o termo significa.

Da mesma forma, Thomas Trebat afirma que a liberdade de expressão está sob um ataque tão cruel em todo o mundo que os jornalistas correm riscos inaceitáveis para simplesmente conseguir cumprir seus deveres de manter a população informada. Há a impressão de que, exceto em fóruns como este promovido pelo Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, este tipo de ameaça passa despercebida por muitos cidadãos que talvez considerem natural o funcionamento de uma imprensa livre e irrestrita.

No entanto, com a ascensão do autoritarismo em todo o mundo, incluindo o populismo de direita e o nativismo, isto tornou-se mais recorrente, emanando agora especialmente dos Estados Unidos, assim como de outros Estados de todo o mundo.

Ainda de acordo com Thomas, as fake news tornaram-se meios extremamente poderosos para manipular a comunicação de massa, levando a um partidarismo amargo em quase todos os lugares que se olhe - as eleições nos Estados Unidos em 2020, são uma evidência clara disso. E então as fake news, somadas à um partidarismo turbinado, carregados por algoritmos de inteligência artificial, nos levam cada vez mais a ver apenas as notícias que reforçam nosso ponto de vista e a desenvolver intolerância para aqueles que compartilham outros pontos de vista.

É importante ressaltar também que, agora, o termo “fakes news” em si soa um pouco inocente em comparação com as questões que realmente nos preocupam hoje. Devemos, portanto, chamar estas fake news daquilo que elas realmente são em muitos casos: discursos de ódio com o intuito de polarizar ainda mais sociedades já muito divididas. É triste observar que tais discursos pregando o ódio nascem até dentro de governos ditos democráticos e proveniente de veículos com ligação aos governos nos Estados Unidos, no Brasil e em diversos outros países.

A difamação, o ataque pessoal à imprensa, e especialmente às mulheres da imprensa, assim como a violência na rotina do jornalista, culminando com o chocante assassinato de Jamal Khashoggi no consulado saudita em Istambul em 2018 são apenas alguns exemplos da falta de liberdade de expressão. As campanhas de desinformação, como no caso da crise na Saúde são frustrantes. Com muita frequência, ouvimos informações que buscam desacreditar cientistas mesmo quando tratamos de temas em que a perícia científica é necessária.

1. INTRODUÇÃO: A RELEVÂNCIA DO TEMA NOS TEMPOS ATUAIS

A pandemia do Coronavírus e os constantes debates sobre mudanças climáticas mostram como a ciência tem sido desvalorizada. As pessoas logo ignoram isso, o que, de acordo com Thomas Trebat, seria um grande custo para a sociedade no futuro.

Estas são, portanto, algumas das razões pelas quais tratar de um tema tão delicado como este se mostrou importante. A vigilância eterna é o preço que a sociedade deve pagar pela liberdade de expressão - protegendo jornalistas, fontes que pressionam pela honestidade, a ciência, e assim por diante.

Ricardo Gandour, moderador do debate, relembra que este tópico vem ganhando cada vez mais importância e sensibilidade. Sensibilidade tamanha que motivou a revista do New York Times a realizar recentemente um artigo sobre questões relacionadas à liberdade de expressão na era da desinformação. É uma discussão hoje nas redações até que ponto o discurso do ódio e a mentira explícita deveriam ter lugar como outros lados do método jornalístico. E, além, esta é uma pergunta para a qual a resposta não é rápida, e Gandour ressalta que ao longo do debate será possível trafegar por esse ponto que a revista do New York Times levantou.

2. NOVOS E VELHOS DESAFIOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MUNDO: A VISÃO DE AGNES CALLAMARD

Agnes Callamard, que dirige desde 2013 o Projeto Global Freedom of Expression na Columbia University, traz a atualização sobre a sua visão global da liberdade de expressão e os riscos aos quais os jornalistas estão expostos. Callamard destaca quatro desafios-chave globais para a liberdade de expressão e faz isto para retratar conceitualmente ou analiticamente, em vez de apenas apresentar os fatos tais como são.

Agnes relembra que o sistema global pós-Segunda Guerra Mundial relacionado à liberdade de expressão, assim como parte do sistema de Direitos Humanos, está sendo no momento muito questionado - se não completamente minado. Muitos fatores nocivos em tempos atuais tem afetado a maneira como é entendida e protegida a liberdade de expressão. Esses fatores abrangem o desdobramento de um novo "projeto global", como sendo analisado a partir da ascensão do populismo e da reestruturação do sistema multipolar internacional, da ascensão do neoliberalismo, e do aumento da desigualdade.

Uma outra dimensão dessas mudanças sistêmicas históricas globais foi o final da Revolução Pós-Industrial do século 21, que é a Revolução da Tecnologia da Informação, cujos impactos em nossas sociedades, democracias, e no Sistema Internacional estão se desenrolando com o passar dos tempos, mas ainda são, acredita Agnes, amplamente mal compreendidos. Em sua opinião, este é um contexto dentro do qual precisamos colocar os desafios à Liberdade de Expressão, eles são parte de um ambiente mais amplo que está impactando diversas dimensões, na relação entre indivíduos, entre cidades e Estados, e entre vários grupos dentro da sociedade.

Para o propósito desta apresentação, no entanto, destacam-se quatro principais dimensões destes desafios.

A primeira é bastante antiga, é o que Callamard chama de "os antigos conflitos da era digital", ou seja, os conflitos da era analógica, que agora estão acontecendo na era digital, rejuvenescido por novos atores mais fortes. Eles são o velho conflito sobre o discurso de ódio ou a blasfêmia, e existem há muitas décadas. Na ONG Artigo 19, quando Agnes era a Diretora-Executiva, ela concentrou-se fortemente nesses conflitos. De acordo com Agnes, eles refletem tensões insuficientemente tratadas na ideia de liberdade de expressão, tensão entre autonomia e dignidade, por um lado, e o exercício da liberdade de expressão, por outro.

A expressão e aplicação dessas tensões podem ser mortais. Isto já era sabido desde a chamada Crise das Charges Dinamarquesa - que levou à morte de centenas de pessoas - e, segundo Agnes, sabemos disso especialmente por conta do recente assassinato de um professor francês após uma aula em que procurou aumentar o entendimento sobre a liberdade de expressão com a caricatura do Profeta Maomé, que é claro, está incluída no currículo oficial. Então, a primeira dimensão é o velho problema do discurso de ódio que está ocorrendo na era digital.[1][2]

1. A crise das charges dinamarquesa ocorreu em setembro de 2006, quando o jornal dinamarquês Jyllands-Posten publicou 12 charges do profeta Maomé. A sua representação, por si só, é proibida no Islã, e além disso, algumas das charges faziam alusões a ao terrorismo. Apesar de num primeiro momento os protestos terem ocorridos localmente, rapidamente tomou grandes proporções, uma vez que as charges começaram a ser republicadas em outros países. Embaixadas dinamarquesas foram atacadas, bandeiras do país foram queimadas e houve ataque a posições ocidentais em países muçulmanos, resultando em mais de 200 mortes.

Para mais informações, acesse: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/crise-das-chargesnbspse-tornanbspquestao-diplomatica/. Último acesso em 17 nov 2020

2. Samuel Paty, de 47 anos, era professor numa escola em Conflans-Saint-Honorine, cerca de 50 quilômetros de Paris. Ele foi vítima de um ataque terrorista no dia 16 de outubro de 2020, quando foi decapitado. O motivo do ataque se deu pelo fato do professor ter lecionado sobre Liberdade de Expressão, um dos lemas da República Francesa, utilizando caricaturas de Maomé, do Chalie Hebdo, jornal satírico francês que também foi vítima de ataques em janeiro de 2015. Para mais informações, acesse: https://edition.cnn.com/2020/10/21/europe/france-secularism-macron-samuel-paty-intl/index.html. Último acesso em: 19 nov 2020

A segunda dimensão levantada por Agnes Callamard é em relação à preocupação global do 11 de setembro com a Segurança Nacional e o chamado "Terrorismo". Isso levou muitos atores que defendem a proteção da liberdade de expressão, encontrando-se em conflito com o público em geral e o governo que, em nome da Segurança Nacional, estão pressionando por maiores restrições à liberdade de expressão.

Portanto, a primeira década do século XXI testemunhou uma explosão de regulamentos, leis e políticas de contraterrorismo que rejeitam implicitamente certas normas relacionadas à liberdade individual. A noção de radicalização, a noção de extremismo - que são muito amplas e não têm uma definição clara nacional ou internacionalmente - tudo isso significou mais ou novas formas de restrições à liberdade de expressão.

Mais recentemente, isso ocorreu no mundo digital - como com o Facebook - quando os Estados exigiram que estes regulem a radicalização e o discurso extremista online. Além disso, os governos começam a exigir também as "chaves das portas dos fundos", e portanto, o fim da criptografia que protegeria a liberdade de expressão. E todos os governos que assim exigiram isto junto com Facebook foram atendidos, o que se caracteriza como uma ameaça à nossa compreensão da liberdade de expressão. Portanto, esse é apenas o segundo desafio, muito ligado a, mais uma vez, a algo antigo, uma questão analógica de segurança nacional, mas que se desenrola na era digital, e é particularmente preocupante.

O terceiro desafio que Agnes Callamard destaca, facilita a relação direta com a Nova Revolução Industrial, ou seja, a tecnologia da Internet. Seria de se esperar que o crescimento do discurso transfronteiriço online incentivasse o governo a chegar a um acordo sobre normas globais comuns.

Mas, na verdade, aconteceu o contrário: nesta era, a soberania nacional se tornou uma dimensão central da forma como os governos tentam regular o discurso online, então, essa é uma dimensão que não está ajudando a proteção da Liberdade de Expressão globalmente.

E então, eles são dimensionalmente inerentes à nova tecnologia que está tornando a regulação do discurso particularmente complexa. Por quê? Primeiro, temos novas fontes de normas, e esses são os grandes - principalmente os americanos - provedores de serviços de Internet, cuja indústria e os termos de serviço criaram um novo grupo de ideias sobre o que constitui liberdade de expressão que governos, e às vezes a sociedade civil em todo o mundo, tem dificuldade em responder juntamente com os interesses comerciais que impulsionam muitos desses conhecimentos e exercícios. E isso, segundo Callamard tem sido muito desafiador.

A outra dimensão que desafia a liberdade de expressão é o fato de que as normas e a ideia de liberdade de expressão estão sendo expressas em uma nova linguagem, que é o algoritmo, os códigos, a inteligência artificial, e é uma linguagem normativa que poucas pessoas realmente dominam ou controlam. Estamos todos cientes do famoso princípio de que "o código é baixo" pelo qual sua imagem de que as instruções obscuras e não-transparentes embutidas no software e no oldware são na verdade o equivalente da lei para o ciberespaço.[3] Isso é extremamente desafiador para muitos atores em todo o mundo, incluindo os governos e a sociedade civil. Esses códigos em ato quasi jurídicos funcionam junto com os termos dos serviços e interagem mais ou menos de forma conflitante com a legislação existente na era analógica. Assim, o ciberespaço de fato oferece exemplos práticos de múltiplas ordens jurídicas e normativas com atores não-estatais, a corporação, competindo com os Estados como fontes e juízes do conteúdo de discurso online, e isso se tornou extremamente difícil.

3. "The code is low," em inglês.

O código e o algoritmo são expressos na linguagem e no modo matemático de transmissão que complica muito o diálogo normativo tradicional, ou mesmo outra fonte de muitos conflitos normativos. E podemos ver que o diálogo normativo se perde na tradução, literal e metaforicamente. Esta é, portanto, uma problemática que está longe de ser abordada no momento e para a qual procuramos solução.

Finalmente, a quarta dimensão caracteriza o difícil contexto global para a liberdade de expressão, o que significa que a liberdade de expressão global se tornou refém da reestruturação do sistema político internacional. A governança global do ciberespaço não é apenas uma questão de liberdade de expressão, é na verdade uma questão de paz, segurança e uma questão econômica. A Internet não é apenas um vetor de liberdade de expressão; é um vetor de tudo, e estamos no meio do conflito sobre quem será a potência hegemônica: Estados Unidos, China, Rússia, todos estão em um competição a qual está acontecendo no espaço digital com grandes implicações para a liberdade de expressão.

Pode-se falar mais sobre o que isso significa. Internamente, a reestruturação do sistema político internacional também se desenrola nos desafios que estão sendo trazidos ao curso das normas de direitos humanos da Segunda Guerra Mundial, e nos Estados Unidos conforme mencionado anteriormente, por exemplo, o Presidente Trump está criticando e atacando o princípio sagrado do país o qual é a liberdade de imprensa.

Tudo isso faz parte de repensar as regras internacionais do jogo e as regras nacionais do jogo. Não é apenas o sistema internacional que está sendo mudado, são as próprias regras e a liberdade de expressão dos Direitos Humanos que acompanharam o nascimento do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial e, portanto, agora estão sendo totalmente minadas e desafiadas.

Portanto, conflitos normativos que não são dirigidos por líderes autoritários, também são muito iniciados dentro de algumas das democracias liberais como resultado de sua tentativa de recuperar a hegemonia sobre o sistema internacional.

Portanto, de muitas maneiras, Agnes entende que a sociedade como um todo está no meio de uma contrarrevolução normativa com a liberdade de expressão no centro do conflito, o qual levou a muitas vítimas, e na erosão de princípios que eram considerados muito sagrados.

3. DENISE DORA: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O PAPEL DO ARTIGO 19

Denise Dora, representando a ONG Artigo 19, elabora sobre quais são os desafios que estão colocados hoje para a liberdade de expressão. Ela afirma que, infelizmente, a sociedade enfrenta uma situação de grave ataque, o qual tem muito a ver exatamente com uma reestruturação dos mecanismos globais e nacionais de relações entre as pessoas.

Dora ressalta que o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que trata da liberdade de expressão foi produzido no final dos anos da década de 1940, e foi finalmente aprovada somente em 1948, quando a ideia global de quem poderia ter direito a liberdade de expressão ainda era muito limitada. No momento em que a DUDH foi aprovada, uma boa parte dos países africanos ainda eram colônias de grandes potências europeias. Já na América Latina, muitos países viviam sob situações de populismo autoritário e até mesmo ditaduras. Enquanto aos países asiáticos, boa parte deles também viviam uma situação de colônia ou em situação de grave autoritarismo. Finalmente, algumas grandes potências do mundo naquele momento - como os Estados Unidos - ainda viviam o processo de segregação racial legal, já que o movimento de Direitos Civis eclode somente depois da Declaração.

Então, o conceito originário de liberdade de expressão pensado naquele momento, embora endereçasse à toda humanidade, na verdade poderia ser usufruído por um número muito pequeno de pessoas. Denise acredita que a sociedade viveu nesses últimos 70 anos e que a levou à situação na qual se encontra hoje é também uma tensão sobre esse conceito de quem finalmente pode se expressar ou não. Em muitos países do mundo naquela época as mulheres ainda não votavam. Isso significa então que pelo menos metade da população mundial não podia sequer expressar-se através do voto, pois tinham direitos políticos restritos.

A mesma coisa ocorria com todos os países no qual a clivagem étnico-racial mantinha uma parcela majoritária da população fora do acesso de serviço.

Então, parte da grande tensão sobre a liberdade de expressão se deve a essa grande pergunta. Quem pode expressar-se finalmente, e onde? A demanda de novas vozes, novas gerações, e novos ativismos da era digital presume uma diversidade de opiniões muito mais complexa do que foi possível regular globalmente até então. Existe então um problema epistêmico profundo, de o quanto a liberdade de expressão é distribuída igualmente no mundo e o quanto essa distribuição produz tensão. O fato de que novas vozes ocuparam esta arena pode ser um dos elementos fundamentais para que haja uma contra-revolução, isso passa a ser uma fonte de tensão muito grande que se expressam exatamente nessas diversas arenas.

Por exemplo, o ambiente digital possui uma limitação através de mecanismos tecnológicos das pessoas que podem acessar. Mas não é só isso: também existem limitações das pessoas que são mostradas e que circulam pelo ambiente digital através de algoritmos que limitam, por exemplo, a participação de pessoas negras. Esta é uma questão que o próprio movimento antirascista no Brasil vem trazendo.

Essas ameaças à liberdade de expressão, se organizam, acredita-se, em três grandes blocos que são exatamente esta área de acesso à informação, a transparência, e na área de possibilidade de manifestação - processos cívicos de protestos, de liberdade de associação - e uma outra área que envolve direitos digitais.

A Artigo 19 acaba de lançar o seu Relatório Global sobre liberdade de expressão. Nesta publicação anual, verificou-se pela primeira vez nos últimos setenta anos que os ataques explícitos contra a liberdade de expressão colocam 3,9 bilhões de pessoas em situação de limitação de liberdade de expressão nas suas várias facetas. Este levantamento é feito a partir da análise da Universidade de Gotemburgo, que faz um relatório global sobre indicadores de democracia no mundo.

A Artigo 19 coleta trinta e nove indicadores desses que dizem respeito ao acesso à informação, a espaços cívicos, a direitos digitais, à liberdade de imprensa e proteção à jornalistas e verifica que há uma queda global dessas liberdades. De acordo com o mais recente levantamento 51% da população do mundo, portanto a maioria da população, vive em uma situação de limitação severa de liberdade de expressão.

Infelizmente, o Brasil é um país que puxa esse índice global para baixo de uma forma muito intensa. Nos últimos dez anos o Brasil vem decrescendo em liberdade de expressão, e sobretudo nos últimos três anos ele caiu muitos pontos para ficar com uma pontuação de vinte em relação à cem. Isso significa que apenas 20% da liberdade de expressão que poderíamos estar usufruindo do Brasil está realmente disponível para a população brasileira.

Existem três elementos fundamentais que “puxam” o Brasil para baixo. Um, é uma iniciativa ativa do Governo Federal em destruir o sistema de informações públicas brasileiras. O Governo Federal vem desde janeiro de 2019 produzindo intervenções em institutos de pesquisa.

Um caso emblemático é a intervenção no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que é um instituto que monitora a atividade dos satélites e, entre outras coisas, produz os dados sobre as informações ambientais no Brasil, sobretudo em relação aos desmatamentos da Amazônia, queimadas e outros. Ao publicar dados sobre destruição da floresta amazônica em 2019, esse Instituto foi atacado e sua direção foi desmantelada levando inclusive à demissão do seu diretor presidente que é um cientista globalmente reconhecido. A produção de dados ambientais que se faz hoje no Brasil é muito contaminada por vieses ideológicos. Muitas, senão todas, das bases de dados dos ministérios no último ano foram "derrubadas", tirados do ar e realocados com limitador de acessos à dados.

Uma situação preocupante também surgiu na área de informação sobre a saúde pública em tempos da pandemia de Covid-19. Em março de 2020, o Governo Federal editou uma Medida Provisória alterando a Lei de Acesso à Informação, que foi aprovada em 2011, dificultando que jornalistas, governos municipais, estaduais e cidadãs e cidadãos do país pudessem ter acesso à informações acuradas sobre a pandemia do Brasil. Essa Medida Provisória foi derrubada no Supremo Tribunal Federal, que ainda está acompanhando o caso, no início de abril, mas exigiu a mobilização da sociedade civil e muitos representantes parlamentares para reagir. De qualquer forma, o acesso à informação para jornalistas tem sido limitado. Dora acredita que outro elemento é o tema do ataque ao espaço cívico. Já no dia 02 de janeiro de 2019, no seu primeiro dia de governo, o governo editou um decreto para alterar as regras de relação com a sociedade civil no Brasil. Em relação a este decreto também houve uma reação parlamentar - o parlamento o caçou - mas desde então se vê um ataque regular das autoridades públicas contra o direito à informação.

Inclusive, foi falado pelo Presidente da República no seu discurso na abertura da Assembleia das Nações Unidas em 2018, ao afirmar que o trabalho da sociedade civil, das organizações da sociedade civil, tem sido um trabalho de "maus brasileiros", quando na verdade tem sido um trabalho de defesa dos direitos dos cidadãos e da possibilidade de participação.

Neste ano de 2020, muitos conselhos de direitos foram fechados ou estão sob intervenção. Nestes casos, a participação da sociedade civil foi reduzida para que fossem nomeados assessores do governo atual em cargos de confiança. Há uma mudança muito grave na questão de acompanhamento das atividades das organizações da sociedade civil sob várias tentativas de controle da atuação pública delas via criminalização por blasfêmia e estigmatização.

Por último, tem-se a perseguição a jornalistas no Brasil, especialmente às jornalistas mulheres, que têm sido profundamente discriminadas e estigmatizadas. Há um número muito expressivo de situações em que esta estigmatização pública produz uma violência contra mulheres jornalistas, uma violência na arena digital, mas não só. Há jornalistas que foram também fisicamente ameaçadas e suas famílias e vidas pessoais são expostas numa combinação de misoginia e ataque à liberdade de imprensa que é uma parte íntegra da alma da liberdade de expressão.

4. PATRÍCIA CAMPOS MELLO: SOBRE SER JORNALISTA E MULHER NO BRASIL

Patrícia de Campos Mello, que acaba de lançar o livro “A máquina do ódio” e, apesar de possuir uma carreira centrada na cobertura internacional, fez parte de uma força-tarefa montada pela Folha de São Paulo, em cobrir as eleições para presidência do Brasil. A partir disso, ela produziu uma reportagem seminal o que viria a ser depois o grande debate sobre o uso e a manipulação de dados nas redes sociais.

Patricia aborda, como tópico central, a situação da mídia e das instituições no Brasil, começando por relembrar o importante dia 25 de maio de 2020. No dia 25 de maio, os principais veículos de comunicação do Brasil anunciaram que não enviariam mais jornalistas para cobrir as coletivas improvisadas do Presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada, em Brasília. Folha, O Globo, Valor Econômico, TV Globo e outros não tiveram opção. Não era seguro enviar jornalistas. Naquele mesmo dia, pela manhã, apoiadores do presidente se aproximaram da área reservada aos jornalistas e, mais uma vez, começaram a gritar e xingar. “Ratos! Ratos! Bolsonaro até 2050! Imprensa podre! Comunistas”. Dezenas de pessoas gritavam, a menos de 50 centímetros da área dos repórteres, sem máscaras, em meio à pandemia.

A decisão trouxe muitas consequências, pois desde o fim da ditadura militar, a cobertura do Presidente é uma parte muito importante do jornalismo de atualização diária. Portanto, a decisão dos meios de comunicação em deixar de enviar seus jornalistas foi muito importante. Três semanas antes, a fotojornalista Dida Sampaio, do Estadão, havia sido empurrada, chutada e socada no estômago durante um protesto a favor de Bolsonaro e do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal.

O presidente já mandou mais de um jornalista calar a boca, literalmente, e disse uma vez a um repórter que tinha "a cara de um homossexual terrível". Ele chamou jornais e tevês dos piores nomes, pressionou anunciantes privados para que parassem de anunciar em mídia crítica, promoveu corte de publicidade governamental, tentou implementar outras medidas que afetariam as receitas dos meios de comunicação, e muito mais.

De acordo com Patrícia Campos Mello a situação é especialmente crítica para as jornalistas. Elas são alvo de campanhas de difamação estimuladas e ampliadas pelo governo. Com muito mais frequência do que seus colegas do sexo masculino, seus pais e filhos são intimidados, suas aparências são ridicularizadas, seus endereços e números de telefone expostos e estão sujeitas a ameaças violentas tanto online quanto no mundo real.

Patrícia ressalta ainda que ela não é a única a suportar esse tipo de agressão. Jornalistas conceituadas como Míriam Leitão, Vera Magalhães, Talita Fernandes, Constança Rezende, Marina Dias, Juliana Dal Piva e muitas outras foram e são alvo de ofensas misóginas.

O uso das mídias sociais para moldar a narrativa e atacar jornalistas, membros da oposição e ativistas é parte integrante do manual dos populistas modernos.

Quando entrevistou Steve Bannon, ex-estrategista-chefe da Casa Branca, em outubro de 2018, na época, ele disse que se não fosse pelo Facebook, Twitter e outras plataformas de mídia social, teria sido cem vezes mais difícil para o populismo crescer, porque os populistas não seriam capazes de superar a barreira da mídia tradicional.

Contornar o filtro da mídia tradicional e se comunicar diretamente com os apoiadores por meio das redes sociais é essencial para tecnopopulistas[4] como Bolsonaro no Brasil, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Narendra Modi na Índia, Donald Trump nos Estados Unidos.

Assim, atacar a mídia tradicional e desacreditar jornalistas faz parte da estratégia de estabelecer um canal direto com o apoiador, sem apuração de fatos, sem questionamento, sem responsabilização.

Como outras democracias cada vez mais não-liberais, Bolsonaro não precisa depender da censura clássica para silenciar a oposição e a mídia. Ele inunda a mídia social com "fatos alternativos", abafando investigações sobre seu governo e notícias negativas, e conduz campanhas de intimidação contra jornalistas, tanto online quanto no mundo real.

Alguns populistas digitais também são autoritários furtivos, para usar a frase cunhada por Adam Przeworski, um polonês professor de ciências políticas norte-americano. Eles não são como os ditadores tradicionais, não fecham o Congresso, não prendem líderes da oposição ou censuram a mídia. Pelo menos não no começo.

4. O termo "tecnopopulistas" foi trazido para a literatura brasileira por Patrícia Campos Mello, em seu livro "A máquina do ódio" (Companhia das Letras). Os tecnopopulistas são governantes que se apropriam de conteúdos falsos, distorcidos e polêmicos e os divulgam em redes sociais e em grupos de apoiadores, com o intuito de manipular as percepções sobre outros candidatos e abafar informações indesejáveis e detratar aqueles que estejam em seu caminho. Essa técnica, se baseia, essencialmente, na utilização de um aparato tecnológico clandestino, operado por empresas de tecnologia de dados que estão à disposição destes tecnopopulistas. Para mais informações, acesse: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/a-maquina-do-odio-revela-engrenagem-digital-do-tecnopopulismo.shtml. Último acesso em 23 nov 2020

Segundo Mello, eles usam as leis e instituições existentes dos regimes democráticos para fins antidemocráticos. Portanto, as pessoas não percebem imediatamente a erosão da democracia. Esses autoritários furtivos mudam as regras eleitorais, se engajam no redistritamento, mudam as qualificações de voto, perseguem a oposição, impõem restrições às ONGs, reduzem a independência judicial, sufocam financeiramente a mídia.

Turquia, Venezuela, Hungria, Polônia, Brasil, Índia e, em menor medida, os Estados Unidos são bons exemplos de autoritarismo furtivo.

Até agora, os freios e contrapesos têm sido capazes de conter os piores impulsos autoritários no Brasil e nos Estados Unidos. Mas, mais do que nunca, precisamos de uma mídia vibrante, um sistema judiciário independente e um Congresso forte, para garantir que as instituições continuem a funcionar como deveriam em uma democracia.

Ataques judiciais contra jornalistas

A primeira pergunta foi direcionada à Agnes Callamard. Um fenômeno que tem acontecido no Brasil é o ataque judicial aos jornalistas. Entidades patrocinam, organizam dezenas, centenas de ações pelo país todo contra jornalistas, o que cria um problema logístico e econômico, pois o jornalista teria que se defender em dezenas, centenas de municípios num país deste tamanho. Como é que ele faria, e como é que você vê isso que que pode ser chamado de judicial harassment, contra jornalistas?

Agnes comenta que não acha que seja um fenômeno novo no Brasil, e se recorda de quando trabalhou no Artigo 19 há dez anos, já haviam muitos processos por difamação contra um único jornalista em diversos lugares e municípios. Então, Callamard acredita que tem sido um método tradicional de silenciar o jornalismo no Brasil.

Por um bom tempo, está claro, isto está relacionado com o sistema de justiça brasileiro, em como o mesmo processo pode ser movido em tantos lugares diferentes. Agnes crê que, em sua experiência, a prisão tradicional é um fenômeno comum, mas não como acontece no Brasil. Ela entende que o assédio judicial do Brasil domina em um nível muito alto, e acrescenta que é claramente em seu impacto uma violação da liberdade de expressão e em seu processo um enfraquecimento do Estado de Direito.

Denise Dora então, inicia complementando a pergunta feita à Agnes, sobre os judicial harassments. Ela traz para o debate o caso do jornalista João Paulo Cuenca que está sendo processado em setenta e quatro diferentes jurisdições.

De um lado existe uma recente decisão judicial que diz que é ilegal e que reconhece a ideia do assédio judicial, e que está sendo já pensada como um elemento de resposta para esses casos. E isso, em parte, porque existe no Brasil hoje uma estrutura razoavelmente instalada de defensorias públicas que começam a trabalhar com os temas de liberdade de expressão, e que estão em todo o país.

Agressões contra artistas na área de cultura

Ricardo Gandour traz então outra pergunta, dessa vez direcionada à Denise, como complemento à pergunta feita para Agnes. Ricardo pergunta se não haveria algum dado específico no mais recente estudo divulgado pelo Artigo 19, sobre as agressões contra a liberdade de expressão contra artistas na área da cultura.

Denise Dora responde que este é um tema muito importante que no último período se demonstrou extremamente crucial para o projeto de autoritarismo, ou de populismo autoritário, que vive-se no Brasil que é exatamente de limitar a possibilidade de expressão artística. Houve, por exemplo o episódio em novembro de 2019 durante a Semana da Consciência Negra onde um parlamentar associado ao governo atual retirou e quebrou uma obra de arte (um cartun) que estava numa exposição dentro do Congresso Nacional. Isso gerou uma campanha que a Artigo 19 fez intitulada Cada vez que uma arte é destruída a gente produz vinte. Foi um concurso com vinte cartuns sobre a questão racial e que está online.

.

Denise comenta que já foi visto a censura em editais de acesso à recursos públicos para montagem de peças de teatro, para publicação de documentos, e para fazer documentários. O Ministério da Cultura foi fechado pelo atual governo e há um desmonte dos institutos e das diversas instituições que tratam do ambiente da cultura, o que pode ser retratado também como censura. Dessa forma, Denise Dora afirma que é preciso uma reação, e uma delas é exatamente organizar esse campo legal em cooperação com a Defensoria Pública para poder reagir adequadamente e instar o poder judiciário a defender princípios de liberdade de expressão artística e contra a censura.

Denise aponta que é um elemento muito relevante, porque proibir as artes é proibir o futuro, é proibir qualquer visão para além do que vivemos. Assim, esse é um tema central e que vem crescendo, a reação do Brasil à defesa das liberdades artísticas. Gandour relembra então, citando Darcy Ribeiro, que mencionou há décadas que "a crise da educação no Brasil não era uma crise, e sim um projeto".

O assassinato de Jamal Khashoggi do Washington Post

Thomas Trebat, diretor do CGC Rio, traz um questionamento à Agnes, pedindo para que comente sobre o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi do Washington Post. Thomas relembra que Agnes Callamard foi a relatora especial da ONU no caso do assassinato do jornalista. Houve acontecimentos recentes, incluindo responsabilizar os governantes da Arábia Saudita. Muito do que se pode dizer é que se trata de uma contrarreação eficaz ao assassinato brutal de Jamal Khashoggi dois anos após sua morte.

Agnes concorda e acredita que, com relação a Jamal Khashoggi, o que aprendeu-se nos últimos dois anos é como é importante para a mídia internacional, para a sociedade civil, e para as famílias manter o assunto na agenda e continuar exigindo respostas.

Ela pontua que embora o chefe do governo saudita tenha escapado da responsabilidade no momento, os últimos dois anos mostraram que ele não escapou do escrutínio do tribunal da opinião pública, e isso é muito importante. Já é ruim que jornalistas sofram, que sejam assassinados, e é ainda pior quando essas mortes são objeto de silêncio e falta de reação. Agnes ressalta então que cabe aos próprios jornalistas e outros interessados a continuar colocando a questão sob os holofotes e garantir que aqueles que o mataram não o façam na obscuridade total, e que eles continuarão a ser caçados onde quer que vão - de forma pacífica - seja pela a mídia, ou em qualquer reunião que ele participe ou organize, como é o caso do G20 que reúne-se virtualmente na Arabia Saudita em 2020.

No que diz respeito à Arábia Saudita, muito tem sido feito no momento. A reunião do G20 não é um sucesso para a Arábia Saudita, certamente não o que eles esperavam, e não é apenas por causa do COVID-19. Muitas das maiores cidades do mundo se recusaram a participar, já que a sociedade civil se recusou a participar do G20, e Agnes crê que, certamente, em novembro os países - representados por seus chefes de governo - também se recusem a participar, pelo menos no nível mais alto.

No dia 20 de outubro de 2020 houve um processo movido contra Mohammed Bin Salman no Tribunal de Washington e embora isso não signifique que ele vá acabar atrás das grades nos Estados Unidos, Agnes acredita que vai tornar mais difícil para[5] ele viajar aos Estados Unidos. No dia 21 de outubro, o Comitê de Inteligência do Senado Americano pressionava por uma nova lei chamada Lei Jamal Khashoggi, que iria impor sanções a todos os chefes de Estado e funcionários do governo que ameaçam jornalistas ou assediam jornalistas ou que não permitem investigar e processar os culpados de tal ato.

5. Mohammed Bin Salman é o príncipe herdeiro do trono da Arábia Saudita.

Agnes Callamard entende então que, com base em relatos coletados por ela, que o Brasil pode cair nessa categoria. Portanto, há uma série de ações que os atores privados podem realizar, como convidar as autoridades a tomarem medidas, que garantam que ninguém saia impune por matar um jornalista. Ela crê que essa é a mensagem mais importante. Não se pode ressuscitar Jamal, mas pode-se garantir que, por trás de sua morte, mais jornalistas serão protegidos, e agora está nas mãos destes atores levar isto adiante. Está em suas mãos escrever a história, para não permitir que os governantes executem o enredo histórico. Então, estes podem e devem fazer tudo o que puder ser feito.

Callamard também concorda plenamente com o comentário feito - que o que está sendo enfrentado é um projeto, não uma crise. Na verdade, é absolutamente um projeto; é um projeto de desmascarar o sistema que foi estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. É um projeto para se livrar da proteção internacional e doméstica dos Direitos Humanos. É um projeto que busca colocar o patriarcado e o princípio tradicional da sociedade no centro desse projeto. É um projeto ao qual não deve-se apenas resistir, mas também lutar contra, o qual deve ser interrompido, e que a sociedade deve se rebelar contra. Não se trata apenas de resistir, mas de continuar a exigir os direitos a serem protegidos.

Por fim, Agnes conclui que Black Lives Matters e o movimento Me Too são os símbolos do que deve ser feito. Eles não estão apenas resistindo a estes atores, eles estão indo para a ofensiva e estão dizendo que seja o que for que esteja acontecendo agora, que eles vão continuar reivindicando o que lhes pertence. Ela entende que é nisso que todos precisam se agarrar, não apenas resistir aos ataques, mas continuar na ofensiva, continuar reivindicando direitos conhecidos e todos os direitos.

Judicial Harassment no Brasil

Ricardo Gandour procede então com duas perguntas direcionadas à Patrícia. uma sobre o Judicial Harassment, em que gostaria de ouvir mais sobre o seu testemunho como repórter. Já a pergunta de Denise Dora à Patrícia diz respeito ao Relatório Global, que também mostra que há um aumento de resistência, há mais protestos no mundo. A boa notícia é que apesar de haver muito mais ataques à liberdade de expressão, há mais protestos organizados, há mais manifestações e há algumas experiências como da Tunísia, que se reorganizou em relação à questão da liberdade de expressão. Então, sua pergunta para Patrícia é sobre como é que ela, como epicentro de uma crise, sendo atacada, vê a resistência do Brasil e o que acha que é interessante e importante e útil a ser feito.

Patrícia inicia comentando sobre o caso da Elvira Lobato, que foi um assédio judicial maciço, o qual ela entende ser um caso parecido com o de Cuenca. Ela entende que este tipo de assédio - e relembra que ela própria está enfrentando um processo no momento de uma reportagem feita em cima de uma planilha obtida com a Lei de Acesso à Informação - mostra que ele é mais um instrumento que o Estado utilizará, e é um instrumento eficiente. Isto já foi visto não só no Brasil, mas nas Filipinas, por exemplo, com a Maria Ressa, em que um dos fundos dos instrumentos foi este, e Ressa chegou mesmo a ser presa. Algo semelhante ocorre na Turquia, onde este instrumento judicial é muito utilizado. Patrícia comenta seu receio de pensar que a nossa sociedade vive um momento “de moderação”, se o Governo Federal não ficaria menos óbvio em sua intimidação a jornalistas e optar por esses instrumentos mais sutis, mas insidiosos, do tipo assédio judicial, seguindo essa conduta “moderada”.

Em relação à pergunta da Denise, dois pontos são levantados. O primeiro, é que Patrícia acredita que exista uma conscientização e uma coesão na sociedade civil - falando dos acontecimentos de ataques misóginos contra algumas jornalistas, ela inclusa - levou a uma união muito grande das mulheres, das jornalistas mulheres, com manifestos da sociedade civil. Então, existe uma reação. Por outro lado, ela se coloca muito cautelosa com a palavra resistência, pois entende que os jornalistas não são "resistência", que eles não podem assumir essa posição. Eles não são oposição, ou resistência. São críticos para os dois lados, apesar dela mesmo entender que isto possa ser um perigo. Ela conclui ressaltando que quando as sociedades encontram-se em governos que são abertamente hostis à imprensa o outro perigo é a imprensa assumir o papel de oposição que também não seria o correto.

6. CONCLUSÕES E AGRADECIMENTOS

Ao tratar de um tema tão importante e ao mesmo tempo tão delicado como a Liberdade de Expressão, já seria de esperar que um misto de ansiedade e esperança fosse provocado em nós. Esperança pois existem pessoas como Patrícia, Ana, Denise, Agnes e Ricardo, que não desistem, e que continuam fazendo o seu trabalho com grande excelência.

À Patrícia, saiba que não está sozinha nesta sua batalha para falar nada menos que a verdade para todos que lhe acompanham e que buscam saber o que está acontecendo. Agradecemos também à Denise pela presença, assim como por ter adiado a publicação do Relatório Anual do Artigo 19 de forma que coincidisse com a data deste webinar. É de grande interesse para nós que entraremos em maiores detalhes sobre o mesmo, de forma que possamos expandir e divulgá-lo ainda mais, uma vez que essa publicação trata sobre a temática da Liberdade de Expressão no Brasil e em toda a América Latina. Obrigado pelo seu grande esforço, esperamos cada vez mais estreitar a parceria que nós temos com o Artigo 19.

Da mesma forma, agradecemos à Agnes, por sua paixão com que faz o seu trabalho, assim como pelos ideais que mantém na Columbia University e no mundo todo. Além, a sua bravura pessoal, por assumir tantos casos que irritaram governos poderosos ao redor do mundo, é uma grande admiração por todos nós. E isso não é feito sem unir risco e força de espírito jornalística e pelo, cada vez maior, respeito pela necessidade de buscar a verdade e dizê-la aos governos do mundo que não querem ouvi-la.

Isto é apenas uma parte e esperamos que as próximas novidades nesse projeto de liberdade de expressão sejam levadas à frente junto com todos os parceiros, colaboradores e interessados no tema.

7. BIOGRAFIAS

Ana Toni

Fundadora do GIP, Ana Toni é Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS). De 2003 a maio de 2011, Ana Toni foi Representante da Fundação Ford no Brasil, período em que supervisionou o trabalho da Fundação nas áreas de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, discriminação racial e ética, sexualidade e saúde reprodutiva, democratização da mídia e terra direitos.

Agnes Callamard

Diretora, Columbia Global Freedom of Expression; Conselheira Especial do Presidente. Agnès é ex-Chef de Gabinete do Secretário-Geral da Anistia Internacional e, como coordenadora de políticas de pesquisa da organização, liderou o trabalho da Amnistia sobre os direitos humanos das mulheres.

Denise Dora

Diretora Executivo na América do Sul - ARTIGO 19. Advogada com formação acadêmica e experiência na área de direitos humanos, direitos da mulher, direito anti-discriminação. Larga experiência com terceiro setor, organizações não governamentais nacionais e internacionais e fundações do terceiro setor.

7. BIOGRAFIAS

Patrícia Campos Mello

Patrícia Campos Mello é repórter e colunista premiada do jornal Folha de S. Paulo, um dos maiores veículos de notícias do Brasil, e experiente correspondente internacional. Ela fez reportagens sobre direitos humanos e histórias de saúde pública no Brasil e também reportou sobre a guerra no Afeganistão, a epidemia de ebola em Serra Leoa, as eleições nacionais na Índia, e migração e crise de refugiados na Síria, Iraque, Líbia, Turquia, Líbano e Quênia.

Ricardo Gandour

Na "Folha de S.Paulo" foi repórter, editor e diretor-fundador da Publifolha. Na Editora Globo/Infoglobo, foi diretor de publicações e diretor executivo do "Diário de S.Paulo". Foi diretor de redação do "Estado de S.Paulo" e diretor de conteúdo do Grupo Estado. Nos últimos 4 anos foi diretor de jornalismo da Rede CBN de Rádios e membro do conselho editorial do Grupo Globo. É professor de jornalismo na ESPM-SP e membro dos conselhos do Instituto Palavra Aberta e do Columbia Global Center Brazil.

Thomas J. Trebat

Diretor no Columbia Global Centers | Rio de Janeiro. Anteriormente, Thomas atuou como Diretor Executivo do Institute of Latin American Studies e ingressou na Columbia após uma longa carreira em Wall Street, dedicada à pesquisa econômica na América Latina.